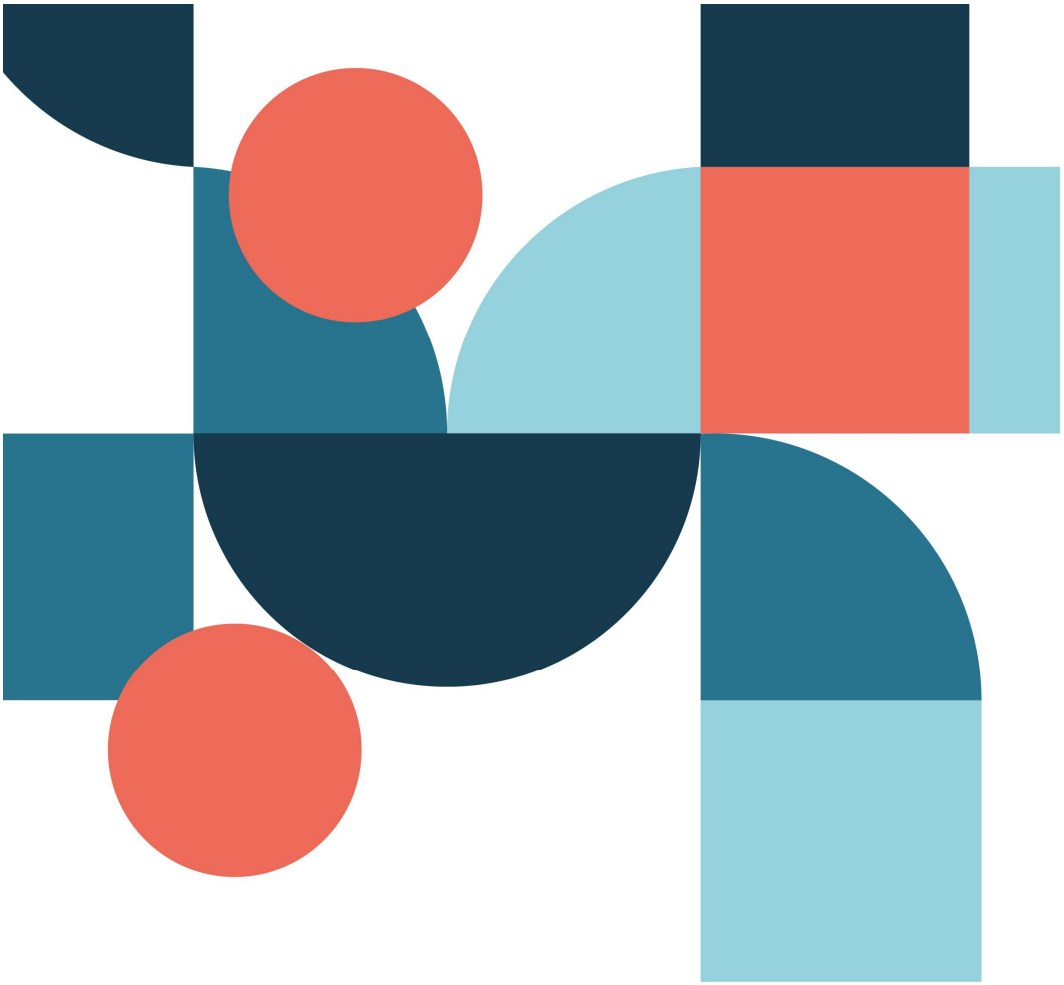


RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Índice

I - Introdução **3**

II - Enquadramento **4**

III - Execução do orçamento **5**

Análise global 5

Equilíbrio orçamental 6

Fluxos financeiros 6

IV - Análise da receita **7**

Execução da receita 7

Modificações orçamentais da receita 8

Evolução da receita 8

Evolução dos impostos diretos 10

Evolução das transferências obtidas 11

Evolução da receita de capital 12

V - Análise da despesa **13**

Execução da despesa 13

Evolução da despesa 13

Evolução da despesa com pessoal 15

VI - Análise da situação económica e financeira **17**

Análise do balanço 17

Análise da demonstração de resultados 18

Análise da dívida 19

Evolução da dívida bancária 21

Endividamento municipal 21

Prazo médio de pagamentos 24

VII - Proposta de aplicação de resultados **24**

VIII - Anexo às demonstrações financeiras **25**

I - Introdução

O exercício de 2019 registou uma receita total bruta de mais de 18 milhões de euros, consubstanciando-se numa taxa de execução orçamental de 87,84%.

Registe-se que a **Receita** total diminui cerca de 600 mil euros face a 2018, registando-se uma diminuição de 376 mil euros na receita corrente e 224 mil euros nas receitas de capital.

Dos 18 milhões de euros de receita executada, 15,67 milhões corresponderam a Receita Corrente e 2,85 milhões a Receita de Capital.

A **Despesa Corrente** foi 1,5 milhões de euros inferior à Receita Corrente, o que permitiu canalizar 1,5 milhões de euros de Receita Corrente para Despesa de Capital, tal permitindo atingir o montante de 4,78 milhões de euros em Despesa de Capital. Tal está, aliás, em linha com o conseguido nos dois exercícios precedentes, em que se conseguiu acrescida libertação de fundos correntes para aplicar em investimentos. Estes valores refletem a preocupação do Município em canalizar as suas receitas correntes para despesas de investimento.

A 31 de dezembro de 2019 a **dívida total** do Município a terceiros apresentou um valor de 3,89 milhões de euros (640 mil euros face a 2018), sendo constituída em 92% por dívida de médio e longo prazo e em 7,8% por dívida de curto prazo. Da forte redução da dívida nos últimos exercícios, resultou que a dívida total do município passou 13 milhões em 2012 para 5,3 milhões de euros no final do exercício de 2017, para 4,5 milhões de euros em 2018 e para 3,89 milhões de euros no final do ano 2019. Registe-se que a dívida do Município em 2019 voltou a diminuir face ao ano anterior.

Em 2019 o prazo médio de pagamento do município baixou para 22 dias.

II - Enquadramento

O relatório de gestão de 2019 foi elaborado em observância do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e faz parte integrante dos documentos de prestação de contas a remeter ao Tribunal de Contas (TC), nos termos das Resoluções nºs 4/2001 e 26/2103 - 2ª Secção do TC.

No relatório são apresentados e analisados os resultados da execução do orçamento e das grandes opções do plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos e disponibilizada informação sobre o equilíbrio orçamental, as fontes de financiamento, as áreas do investimento e ainda a proposta de integração no orçamento de 2020 do saldo de disponibilidades orçamentais, apurado no fim do exercício de 2019.

No âmbito patrimonial destacam-se os dados relativos às demonstrações financeiras, à evolução do endividamento de curto, médio e longo prazo e à proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício.

Para evidenciar os dados produzidos em cada capítulo do relatório de gestão foram elaborados quadros e gráficos contemplando as variações das execuções dos anos anteriores.

Fazem parte de um documento autónomo, os mapas de prestação de contas elaborados à luz do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Este relatório merece uma menção especial ao enquadramento dos municípios no atual contexto económico e financeiro nacional, face às medidas de consolidação orçamental, ao processo de redução do défice e controlo da dívida pública.

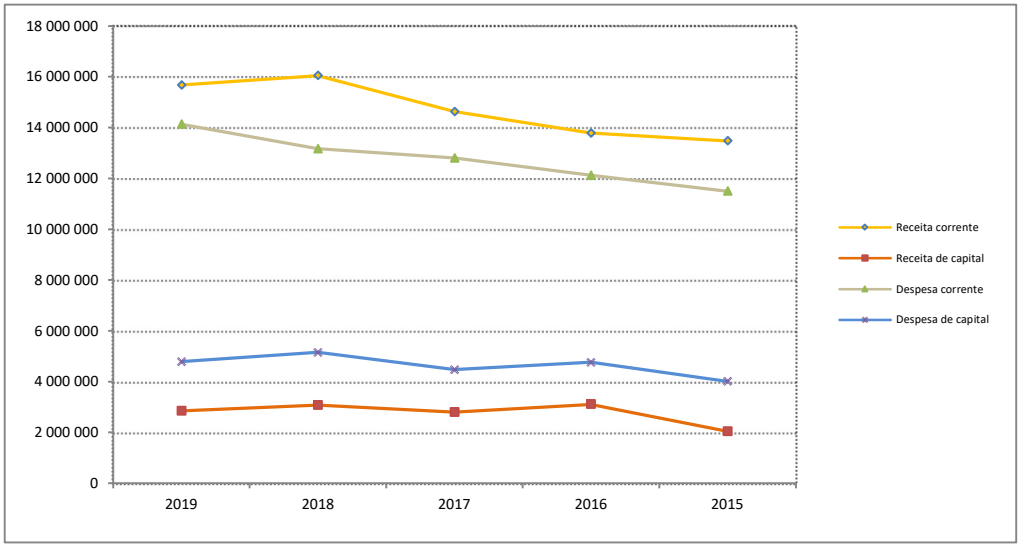
III - Execução do orçamento

Análise global

Evolução da execução orçamental

Execução orçamental	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2018-2019	Variação 2017-2018	Variação 2016-2017	Variação 2015-2016
	€								
Receita corrente	15 679 351	16 055 680	14 634 806	13 786 235	13 480 079	-2,34%	9,71%	6,2%	2,3%
Receita de capital	2 850 625	3 074 575	2 800 753	3 107 114	2 041 924	-7,28%	9,78%	-9,9%	52,2%
Total	18 529 976	19 130 255	17 435 558	16 893 348	15 522 004	-3,14%	9,72%	3,2%	8,8%
Despesa corrente	14 135 586	13 163 781	12 805 155	12 119 141	11 504 819	7,38%	2,80%	5,7%	5,3%
Despesa de capital	4 789 218	5 156 812	4 468 501	4 757 803	4 015 631	-7,13%	15,40%	-6,1%	18,5%
Total	18 924 804	18 320 593	17 273 656	16 876 944	15 520 450	3,30%	6,06%	2,4%	8,7%

Evolução da execução orçamental



Os quadros que retratam a evolução da execução orçamental nos últimos anos, merecem as seguintes observações:

O período em análise registou uma execução total média na receita e na despesa de cerca de 18 milhões de euros;

A Receita Corrente teve uma evolução negativa no ano de 2019, registando uma diminuição face ao ano 2018 de cerca de 376 mil euros;

A Receita de Capital diminuiu em 2019 relativamente a 2018 cerca de 224 mil euros.

A Despesa total paga acompanhou a receita global arrecadada.

No ano de 2019 a Despesa Corrente teve um aumento de cerca de 971 mil euros, face ao registado no exercício anterior, enquanto que a Despesa de Capital diminuiu cerca de 367 mil euros.

Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental 2019	
€	
Receita corrente executada	15 679 351
Despesa corrente executada	14 135 586
Saldo corrente	1 543 764
Amortizações médias do ano 2019	877 654
Equilíbrio orçamental	666 110

O princípio do equilíbrio orçamental exige que o orçamento preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes acrescidas das amortizações médias de empréstimos de medio e longo prazo.

Receita e despesa/ poupança corrente	2019	2018	2017	2016	2015
	€				
Receita corrente executada	15.679.351	16.055.680	14.634.806	13.786.235	13.480.079
Despesa corrente executada	14.135.586	13.163.781	12.805.155	12.119.141	11.504.819
Poupança corrente	1.543.764	2.891.899	1.829.651	1.667.094	1.975.261

O quadro anterior deixa claro que, ao longo dos anos em análise, tem sido cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, o que permitiu a libertação de fundos para aplicar em investimento. Como resultado constata-se que no ano 2019 foi possível transferir 1.543.764 € de receita corrente para despesa de capital.

Fluxos financeiros

Movimentos financeiros-orçamentais e de operações de tesouraria (OT)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo Transitado de 2018		**2.156.596**	**Despesa Paga**		**18.924.804**
Orçamental	989.895		Orçamental	14.135.586	
OT	1.166.700		OT	4.789.217	
Receita Arrecadada		**18.529.975**	**Saldo a transitar para 2020**		**1.991.030**
Orçamental	15.679.350		Orçamental	595.066	
OT	2.850.625		OT	1.395.963	

O quadro dos fluxos financeiros sintetiza os movimentos financeiros associados a todos os recebimentos e pagamentos, ocorridos na gerência de 2019, referentes à execução orçamental e às operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência de 2018 e os saldos a transitar para a gerência de 2020. O valor global de entrada de fundos atingiu cerca de 18,5 milhões de euros, excecionado dos saldos transitados da gerência anterior, sendo que 15,6 milhões de euros representaram receita orçamental corrente e cerca de 2,85 milhões dizem respeito a receitas de capital.

Os pagamentos efetuados ascenderam a cerca de 18,9 milhões de euros, dos quais 14,1 milhões de euros reportam-se a despesa orçamental corrente e 4,7 milhões de euros a despesas de capital.

Os saldos finais da gerência de 2019 totalizaram 1.991.030,59 euros, dos quais 595.066,81 euros respeitaram à execução orçamental e 1.395.963 euros a operações de tesouraria.

IV - Análise da receita

Execução da receita

Receita orçamentada e cobrada	Previsão inicial	Previsão final	Executado líquido	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Impostos diretos	5 784 496	5 784 496	5 696 041	98,47%	98,47%
Impostos indiretos	252 298	252 298	796 240	315,60%	315,60%
Taxas, multas e outras penalidades	516 806	516 806	203 895	39,45%	39,45%
Rendimentos de propriedade	914 653	914 653	1 065 446	116,49%	116,49%
Transferências correntes	5 678 876	5 644 490	5 280 109	92,98%	93,54%
Venda de bens e serviços	2 545 862	2 545 862	2 415 466	94,88%	94,88%
Outras receitas correntes	127 852	127 852	106 241	83,10%	83,10%
Total da receita corrente	**15 820 843**	**15 786 457**	**15 563 439**	**98,37%**	**98,59%**
Venda de bens de investimento	920 449	631 649	170 975	18,58%	27,07%
Transferências de capital	8 056 736	3 995 601	2 093 216	25,98%	52,39%
Ativos financeiros	10	10	0	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	271 275	674 828	586 435	216,18%	86,90%
Outras receitas de capital	10 687	10 687	0	0,00%	0,00%
Total da receita de capital	**9 259 157**	**5 312 776**	**2 850 625**	**30,79%**	**53,66%**
Saldo da gerência incorporado		989 895	989 895		
Total geral	**25 080 000**	**22 089 128**	**19 403 959**	**77,37%**	**87,84%**

Como se pode constatar no quadro acima, em 2019 a receita executada atingiu 87,84%, relativamente à previsão final, cumprindo assim o estabelecido na legislação em vigor.

A Receita Corrente representou cerca de 84% da receita global e superou a receita de capital em 12,7 milhões de euros.

Em relação ao orçamentado, a Receita Corrente registou uma taxa de execução em 98,37% e face aos valores corrigidos superou os 98,59%

A taxa de execução da Receita de Capital ultrapassou os 53,66%, em grande parte devido à venda de bens de investimento e a inclusão no orçamento dos passivos financeiros (empréstimos) contraídos no ano 2019.

A Receita de Capital representou 15,48% da receita total. A execução desta receita fica, contudo, aquém do esperado mormente devido ao atraso de transferências de capitais originárias de fundos comunitários.

Modificações orçamentais da receita

Alterações e revisões orçamentais da receita

Rubricas	Valor
	€
Receitas Correntes	**15 820 843**
Receitas de Capital	**9 259 157**
Orçamento Inicial	**25 080 000**
Alterações à receita	**2 990 872**
Orçamento Final	**22 089 128**

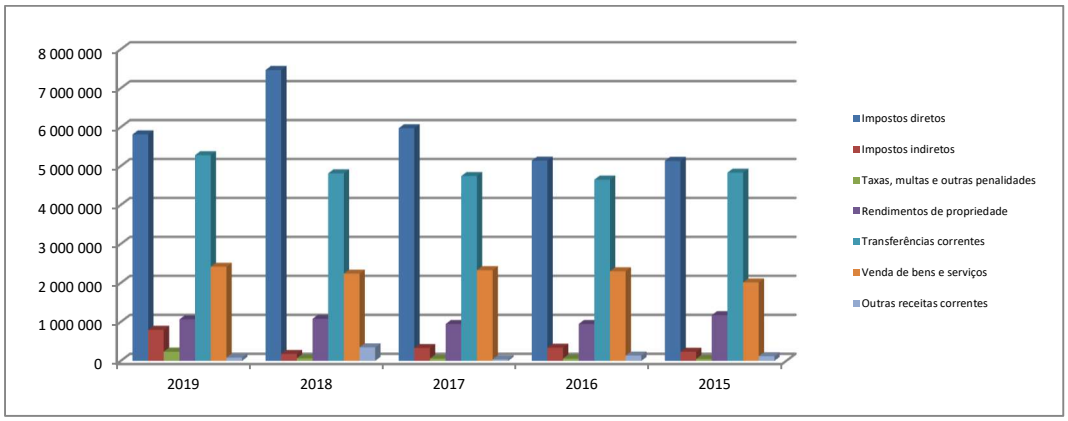
Analisado o quadro supra verifica-se que ao orçamento inicial foram excluídos 2.990.872€ de receitas previstas no orçamento inicial, essencialmente, receitas provenientes das transferências de capitais (fundos comunitários) não arrecadados. Contudo, a taxa de execução atinge o valor de 87,84 %.

Evolução da receita cobrada

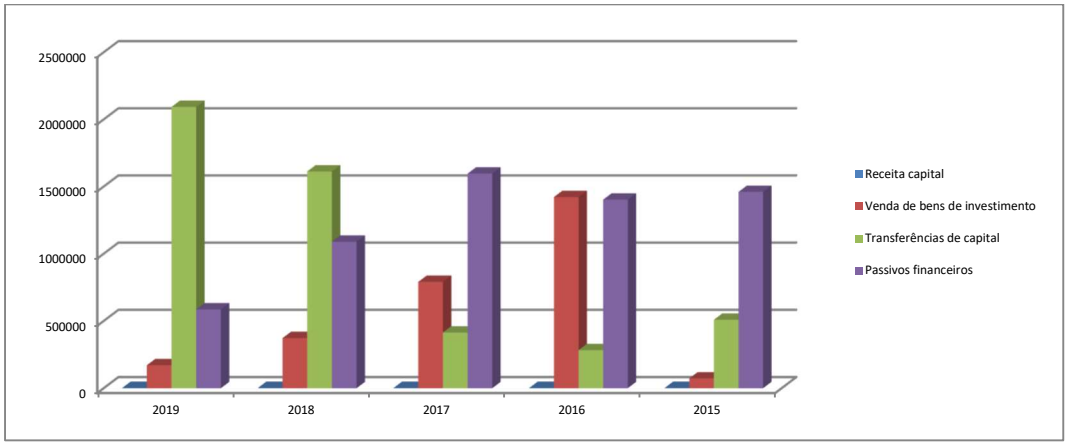
Evolução da receita bruta

Designação	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019-2018	Variação 2018-2017	Variação 2017-2016	Variação 2016-2015
	€								
Impostos diretos	5 811 953	7 468 536	5 971 581	5 137 487	5 132 963	-22,18%	25,07%	16,24%	0,09%
Impostos indiretos	796 240	176 360	330 215	338 893	234 286	351,49%	-46,59%	-2,56%	44,65%
Taxas, multas e outras penalidades	203 895	77 670	236 476	67 255	57 804	162,52%	-67,16%	251,61%	16,35%
Rendimentos de propriedade	1 065 446	1 077 583	945 991	947 617	1 173 727	-1,13%	13,91%	-0,17%	-19,26%
Transferências correntes	5 280 109	4 813 285	4 742 822	4 650 201	4 831 042	9,70%	1,49%	1,99%	-3,74%
Venda de bens e serviços	2 415 466	2 237 067	2 325 919	2 298 980	2 010 542	7,97%	-3,82%	1,17%	14,35%
Outras receitas correntes	106 241	205 180	81 802	345 801	39 714	-48,22%	150,82%	-76,34%	770,72%
Total da Receita Corrente	**15 679 351**	**16 055 680**	**14 634 806**	**13 786 235**	**13 480 079**	-2,34%	**9,71%**	**6,16%**	**2,27%**
Venda de bens de investimento	170 975	372 885	790 453	1 421 718	72 910	-54,15%	-52,83%	-44,40%	1849,95%
Transferências de capital	2 093 216	1 612 396	414 028	283 073	509 014	29,82%	289,44%	46,26%	-44,39%
Ativos financeiros	0	0	0	0	0		0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	586 435	1 089 293	1 596 271	1 402 323	1 460 000	-46,16%	-31,76%	13,83%	0,00%
Outras receitas de capital				0	0		0,00%	0,00%	0,00%
Total da receita de capital	**2 850 625**	**3 074 574**	**2 800 753**	**3 107 114**	**2 041 924**	-7,28%	**9,78%**	**-9,86%**	**52,17%**
Saldo da gerência incorporado	989 895	180 233	18 331	2 299	0				
Total geral	**19 519 871**	**19 310 487**	**17 453 890**	**16 895 647**	**15 522 004**	1,08%	**10,64%**	**3,30%**	**8,85%**

Evolução da Receita Corrente



Evolução da Receita de Capital



Os quadros anteriores permitem analisar a evolução das receitas cobradas no período compreendido entre 2019 e 2015.

A receita total bruta ascendeu em 2019 a 19,5 milhões de euros, representando uma diminuição de 209 mil euros face a 2018.

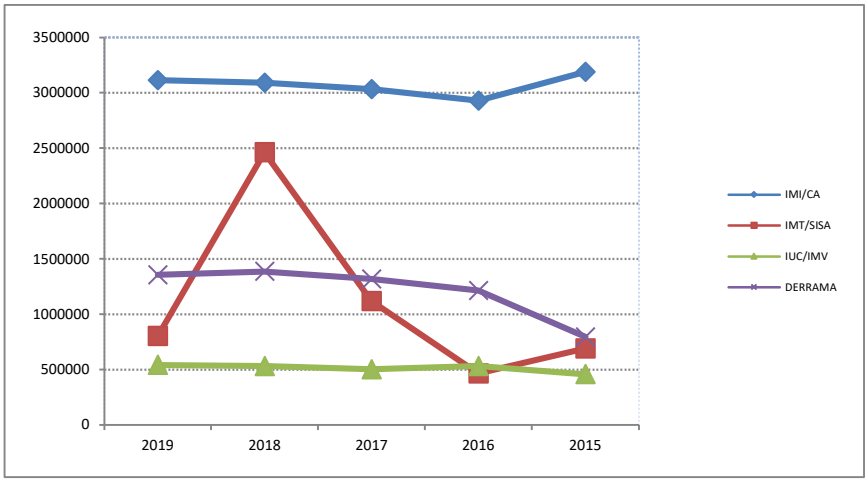
Na Receita Corrente ressalta a diminuição de 376 mil euros face ao ano 2018. Na estrutura da receita, a Receita Corrente tem-se constituído, ao longo dos últimos anos, a principal fonte de financiamento do Município. É de realçar a diminuição em 22,18% dos impostos diretos no ano 2019 face ao ano 2018, fortemente influenciada pela diminuição da arrecadação de IMT, como se justifica a seguir.

A Receita de Capital diminuiu em 2019 cerca de 224 mil euros face ao mesmo período de 2018.

Evolução dos Impostos Diretos

Impostos Diretos	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019/18
	€					
IMI/CA	3 112 470	3.089.269	3.032.516	2.928.191	3.188.319	0,75%
IMT/SISA	802 392	2.460.877	1.118.272	464.632	690.506	-67,39%
IUC/IMV	542 443	530.561	503.259	530.846	458.389	2,24%
DERRAMA	1 354 178	1.386.483	1.317.213	1.213.779	795.104	-2,33%
IMPOSTOS ABOLIDOS	469	1.345	321	39	644	-65,14%
Total	**5 811 952**	**7.468.536**	**5.971.581**	**5.137.487**	**5.132.963**	**-22,18%**

Evolução dos Impostos Diretos



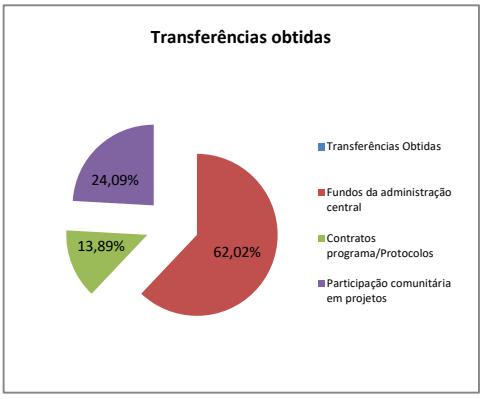
No cômputo global a receita dos impostos diminuiu em 2019/2018, cerca de 1 milhão e 600 mil euros face aos valores registados em 2018.

O ano 2019 é marcado pela diminuição da receita respeitante a IMT em 2019 no valor de 1.658 mil euros. O montante de 1.535.083,36€ foi transferido pela AT e arrecadado pelo Município em 2018. No entanto, em outubro de 2019 a AT informou o Município do reembolso deste valor, fruto de uma ação judicial que concedeu a isenção de IMT ao Fundo de Investimento SONAE.

A receita de IMI e IUC mantém praticamente os valores de 2018, enquanto que a derrama apresenta uma pequena diminuição de cerca de 32 mil euros.

Evolução das transferências obtidas

Designação	2019	2018	2017	2016	2015	Peso 2019	Peso 2018	Variação 2019-2018
	€							
Fundos da administração central	**4 573 303**	**4 320 450**	**4 264 088**	**4 138 062**	**4 090 144**	**62,02%**	**67,24%**	**5,85%**
Corrente	3 973 575	4 023 261	3 964 519	3 854 989	3 808 840	53,89%	62,61%	-1,23%
Capital	599 728	297 189	299 569	283 073	281 304	8,13%	4,63%	101,80%
Contratos programa/Protocolos	**1 023 810**	**678 972**	**536 745**	**778 709**	**882 910**	**13,89%**	**10,57%**	**50,79%**
Corrente	1 013 588	678 972	724 828	778 709	882 910	13,75%	10,57%	49,28%
Capital	10 222	0	0	0	0	0,14%	0,00%	100,00%
Participação comunitária em projetos	**1 776 212**	**1 426 261**	**53 476**	**16 503**	**367 002**	**24,09%**	**22,20%**	**24,54%**
Corrente	292 947	111 053	53 476	16 503	139 292	3,97%	1,73%	163,79%
Capital	1 483 266	1 315 208	114 459	0	227 710	20,12%	20,47%	12,78%
Total das transferências correntes	**5 280 109**	**4 813 285**	**4 742 822**	**4 650 201**	**4 831 042**	**71,61%**	**74,91%**	**9,70%**
Total das transferências de capital	**2 093 216**	**1 612 397**	**414 028**	**283 073**	**509 014**	**28,39%**	**25,09%**	**29,82%**
Total	**7 373 325**	**6 425 682**	**5 156 850**	**4 933 274**	**5 340 056**	**100,00%**	**100,00%**	**14,75%**



No último ano as transferências obtidas aumentaram cerca de 947 mil euros. No que se refere às transferências correntes, registamos uma variação positiva no montante de 467 mil euros. As transferências de capital registaram um aumento de 480 mil euros face aos valores registados em 2018.

.

Evolução da Receita de Capital

Designação	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019-2018
	€					
Venda de bens de investimento	**170 975**	**372 885**	**790 453**	**1 421 718**	**72 910**	**-54,15%**
Terrenos	169 666	369 751	761 064	1 308 127	0	-54,11%
Edifícios/Habitações	0	0	29 182	112 629	71 655	
Outros	1 309	3 134	207	962	1 256	-58,23%
Transferências de capital	**2 093 216**	**1 612 397**	**414 028**	**283 073**	**509 013**	**29,82%**
Empresas públicas	0	0	0	0	0	
Adm. Central - Estado	609 950	297 189	299 569	283 073	281 304	105,24%
Estado - projetos co - financiados	1 483 266	1 315 208	114 459	0	227 709	12,78%
Outras	0	0	0	0	0	
Ativos financeiros	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
Empréstimos a M/L prazos-Famílias	0	0	0	0	0	
Passivos financeiros	**586 435**	**1 089 293**	**1 596 271**	**1 402 323**	**1 460 000**	**-46,16%**
Empréstimos a curto prazo	0	600 000	600 000	1 000 000	1 460 000	-100,00%
Empréstimos a M/L prazos	586 435	489 293	996 271	402 323	0	19,85%
Outras receitas de capital						
Total da receita de capital	**2 850 625**	**3 074 575**	**2 800 752**	**3 107 114**	**2 041 924**	**-7,28%**
Saldo da gerência anterior	**989 895**	**180 233**	**18 331**	**2 299**	**0**	**449,23%**
Total	**3 840 521**	**3 254 808**	**2 819 083**	**3 109 412**	**2 041 924**	**18,00%**

As receitas de capital em 2019 aumentaram cerca de 585 mil euros (considerando a incorporação do saldo de gerência) face ao ano anterior. Em 2018 estas receitas aumentaram cerca de 435 mil euros, em 2017 registaram um decréscimo de cerca de 290 mil euros, em 2016 registaram um aumento de 1 milhão de euros, enquanto em 2015 tinham registado uma diminuição de 1,1 milhões de euros depois de se ter assistido a uma diminuição de 4,5 milhões de euros em 2014/2013.

Na estrutura da receita de capital, em 2019, estão patentes as receitas provenientes da venda de bens de investimentos, e as receitas originárias da administração central e dos fundos comunitários.

V - Análise da despesa

Execução da despesa

Despesa orçamentada e executada

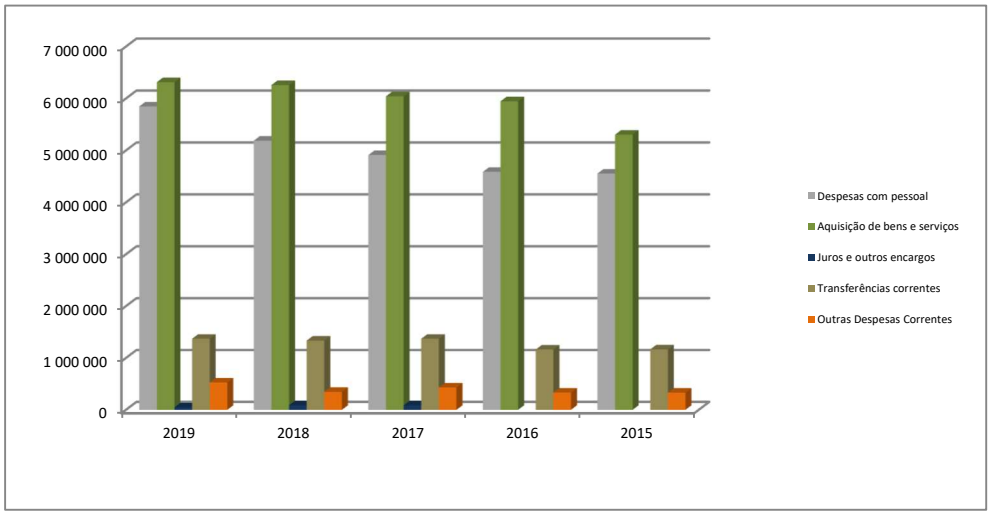
Orçamento da despesa por classificação económica	Previsão inicial	Previsão final	Executado	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Despesas com pessoal	5 938 333	5 875 565	5 846 274	98,45%	99,50%
Aquisição de bens e serviços	6 861 867	7 258 581	6 314 110	92,02%	86,99%
Juros e outros encargos	29 515	83 255	78 267	265,18%	94,01%
Transferências correntes	1 378 979	1 410 875	1 370 214	99,36%	97,12%
Subsídios	432 223	252 224	250 000	57,84%	99,12%
Outras despesas correntes	461 984	283 533	276 723	59,90%	97,60%
Total das despesas correntes	**15 102 901**	**15 164 032**	**14 135 586**	**93,60%**	**93,22%**
Aquisição de bens de capital	10 843 938	5 489 004	3 584 078	33,05%	65,30%
Transferências de capital	338 163	548 952	318 156	94,08%	57,96%
Ativos financeiros	21 804	43 606	43 605	199,98%	100,00%
Passivos financeiros	765 331	843 531	843 380	110,20%	99,98%
Outras despesas de capital	2	2	0	0,00%	0,00%
Total das despesas de capital	**11 969 238**	**6 925 095**	**4 789 218**	**40,01%**	**69,16%**
Total geral	**27 072 139**	**22 089 128**	**18 924 804**	**69,91%**	**85,67%**

Evolução da despesa

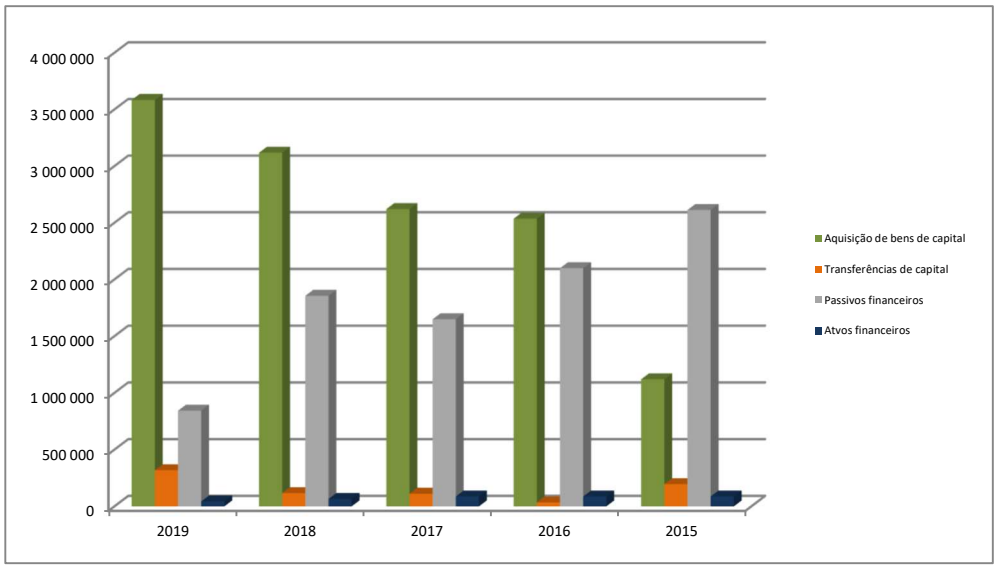
Despesa Executada

Designação	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019-2018	Variação 2018-2017
			€				
Despesas com pessoal	5 846 274	5 187 918	4 911 518	4 588 262	4 553 877	12,69%	5,63%
Aquisição de bens e serviços	6 314 110	6 258 688	6 043 095	5 946 630	5 303 302	0,89%	3,57%
Juros e outros encargos	78 267	35 123	48 249	88 850	87 230	122,83%	-27,20%
Transferências correntes	1 370 214	1 335 192	1 370 854	1 163 059	1 164 926	2,62%	-2,60%
Outras Despesas Correntes e subsídios	526 723	346 858	431 440	332 339	330 472	51,86%	-19,60%
Total das despesas correntes	**14 135 586**	**13 163 781**	**12 805 156**	**12 119 140**	**11 439 807**	**7,38%**	**2,80%**
Aquisição de bens de capital	3 584 078	3 118 274	2 620 669	2 536 361	1 119 729	14,94%	18,99%
Transferências de capital	318 156	116 919	111 307	35 063	195 848	172,12%	5,04%
Ativos financeiros	43 605	65 407	87 209	87 209	87 209	-33,33%	-25,00%
Passivos financeiros	843 380	1 856 212	1 649 315	2 099 170	2 612 845	-54,56%	12,54%
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0		
Total das despesas de capital	**4 789 218**	**5 156 812**	**4 468 500**	**4 757 803**	**4 015 631**	**-7,13%**	**15,40%**
Total geral	**18 924 804**	**18 320 593**	**17 273 656**	**16 876 943**	**15 455 439**	**3,30%**	**6,06%**

Evolução da Despesa Corrente



Evolução da Despesa de Capital



Para avaliação da estrutura da despesa são apresentados dois quadros esclarecedores quanto à despesa prevista e paga e à evolução da despesa realizada nos 2015/2019. No ano de 2019 a despesa executada foi de 85,67%, comparativamente ao orçamento final.

A taxa de execução efetiva da Despesa Corrente fixou-se em 93,22%. Os diversos agrupamentos da Despesa Corrente atingiram taxas de execução aproximadas, oscilando entre 86,99% na aquisição de bens e serviços e 99,50% nas despesas com pessoal.

O nível de execução da Despesa Corrente contribui para o aumento da taxa de execução global da despesa e representou 74% do total da despesa paga.

A taxa de execução efetiva da Despesa Capital fixou-se em 69,16%.

Analisando o quadro da evolução da despesa, verifica-se que no exercício de 2015 a despesa global atingiu o montante de 15,45 milhões de euros, o que significa uma diminuição de 608 mil euros face ao ano anterior. No exercício de 2016 a despesa global atingiu o valor de 16,88 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 1 milhão e 421 mil euros face aos valores registados no ano anterior.

A Despesa Corrente do exercício 2017 aumentou 686 mil euros face a 2016. A Despesa Capital, por seu lado, regista uma diminuição de cerca de 289 mil euros. No ano de 2017 a despesa com pessoal aumentou 323.256 euros em relação ao período homólogo de 2016. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 63% da despesa total e 85% da Despesa Corrente.

No exercício de 2018 a despesa corrente aumentou 358 mil euros face a 2017. A Despesa Capital, por seu lado, regista também um aumento de cerca de 688 mil euros. No ano de 2018 a despesa com pessoal aumentou 276.400 euros em relação ao período homólogo de 2017. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 62% da despesa total e 87% da Despesa Corrente.

No exercício de 2019 a despesa corrente aumentou 971 mil euros face a 2018. A Despesa Capital, por seu lado, regista uma diminuição de cerca de 367 mil euros. No ano de 2019 a despesa com pessoal aumentou 658.355 euros em relação ao período homólogo de 2018. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 64% da despesa total e 86% da Despesa Corrente

Evolução das despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2019/2018	Variação 2018/2017
	€									
Membros dos órgãos autárquicos	161 233	157 127	138 492	127 026	74 599	74 198	114 843	94 988	2,61%	13,46%
Pessoal dos quadros	2 995 900	2 580 123	2 409 572	2 338 062	2 310 601	2 377 794	2 447 725	2 477 108	16,11%	7,08%
Pessoal contratado a termo	223 559	192 320	173 488	142 095	154 650	130 899	155 290	188 970	16,24%	10,85%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	205 223	193 771	192 470	139 370	96 569	140 273	115 727	95 096	5,91%	0,68%
Pessoal aguardando aposentação	4 619	415	837	1 753	12 300	21 183	1 550	3 597	1013,01%	-50,39%
Pessoal em qualquer outra situação	97 330	58 991	48 334	54 168	110 576	85 402	29 943	41 300	64,99%	22,05%
Representação	45 449	47 348	44 654	38 356	24 959	26 949	31 223	35 496	-4,01%	6,03%
Subsídio de refeição	280 487	263 985	244 904	224 436	236 414	238 521	244 033	251 541	6,25%	7,79%
Subsídio de férias e de Natal	560 535	499 954	471 634	440 295	468 565	468 510	465 086	209 812	12,12%	6,00%
Horas extraordinárias	29 226	19 889	24 773	17 771	9 624	12 438	16 534	16 500	46,95%	-19,71%
Ajudas de custo	4 689	4 168	5 740	1 519	2 140	2 033	5 175	4 697	12,50%	-27,40%
Abono para falhas	9 813	7 401	7 441	7 091	6 478	6 174	6 507	6 455	32,59%	-0,55%
Subsídio de turno/noturno	13 783	14 416	13 284	12 795	14 165	15 448	16 269	16 104	-4,39%	8,52%
Indemnizações por cessação de funções	10 149	8 487	7 754	5 797	1 174	6 422	10 491	11 347	19,58%	9,46%
Outros suplementos e prémios	19 952	18 492	16 655	17 696	22 861	28 828	14 228	21 256	7,89%	11,03%
Segurança social	1 140 192	1 079 672	1 070 185	978 732	971 079	955 490	883 225	754 404	5,61%	0,89%
Seguros	44 136	41 359	41 300	41 300	37 125	29 112	36 544	39 871	6,71%	0,14%
Total	**5 846 274**	**5 187 918**	**4 911 518**	**4 588 263**	**4 553 877**	**4 619 676**	**4 594 390**	**4 268 542**	**12,69%**	**5,63%**

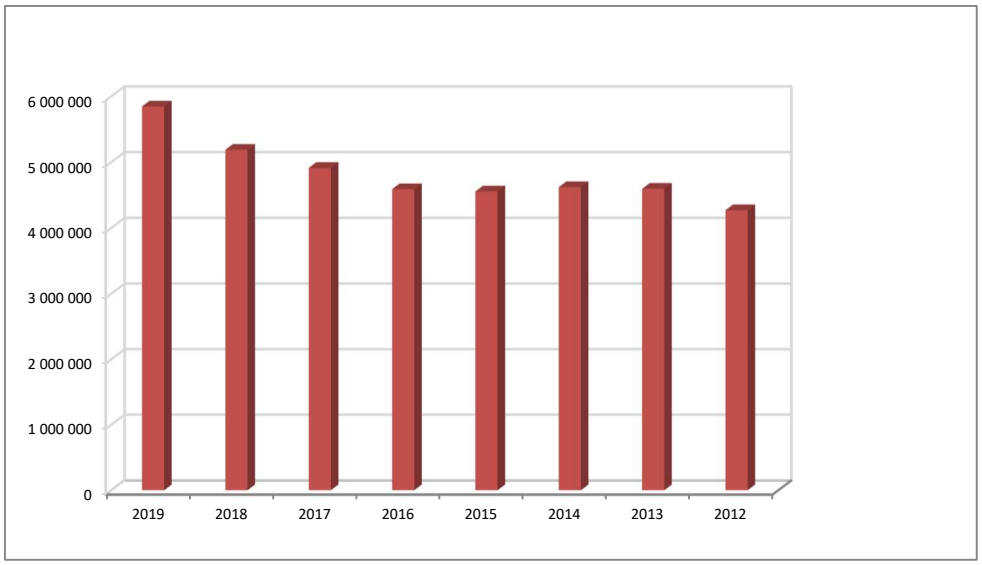
No ano 2019, regista-se um aumento de 658 mil euros em despesas com pessoal face ao ano 2018. Já no ano 2018 se havia registado um aumento das despesas com pessoal de cerca de 276 mil euros, justificado, essencialmente pelo aumento do número de trabalhadores e consequente aumento dos encargos com remunerações e respetivos encargos indiretos (segurança social/CGA). Registe-se que a reversão das reduções remuneratórias e o descongelamento das alterações remuneratórias teve também impacto no aumento das despesas com pessoal no exercício de 2018 e 2019.

Evolução do número de trabalhadores

	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Número de trabalhadores (Balanço Social)	277	274	262	250	255	269	257	262	273	294	307	325
Pessoal não docente transferido e afeto a atividades no âmbito da Educação pagos pelo Ministério da Educação	-62	-65	-62	-56	-55	-62	-42	-43	-44	-41	-36	-37
Número trabalhadores excluindo pessoal pago pelo Ministério da Educação	**215**	**209**	**200**	**194**	**200**	**207**	**215**	**219**	**229**	**253**	**271**	**288**

.

Despesas com pessoal



VI - Análise da situação económica e financeira

Análise do balanço

Estrutura do balanço

Descrição	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019/ 2018	Variação 2018/ 2017
	€						
Imobilizado	147 980 275	148 012 306	148 871 763	149 175 579	151 282 376	-0,02%	-0,58%
Existências	59 822	44 571	38 496	36 943	44 951	34,22%	15,78%
Dívidas de terceiros	793 004	626 289	614 576	810 672	1 591 704	26,62%	1,91%
Disponibilidades	1 991 031	2 156 596	1 165 581	881 447	994 108	-7,68%	85,02%
Acréscimos e diferimentos	5 947 235	5 962 905	6 053 526	5 946 491	5 414 675	-0,26%	-1,50%
Total do ativo líquido	**156 771 367**	**156 802 666**	**156 743 942**	**156 851 132**	**159 327 814**	**-0,02%**	**0,04%**
Fundos próprios	**118 269 074**	**118 733 492**	**118 635 394**	**118 178 062**	**117 731 037**	**-0,39%**	**0,08%**
Passivo a médio e longo prazo	3 587 931	3 866 677	4 895 227	5 013 677	6 000 794	-7,21%	-21,01%
Passivo a curto prazo	1 992 575	2 440 307	2 104 134	2 216 188	2 156 067	-18,35%	15,98%
Acréscimos e diferimentos	32 921 788	31 762 190	31 109 187	31 443 205	33 439 916	3,65%	2,10%
Total dos fundos próprios e do passivo	**156 771 367**	**156 802 666**	**156 743 942**	**156 851 132**	**159 327 814**	**-0,02%**	**0,04%**

Note-se que o passivo inclui o lançamento da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor total de 21.802,25€. Este montante do FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No final do exercício económico de 2019 o imobilizado líquido cifrou-se em 148 milhões de euros, deduzido das amortizações, reintegrações e provisões.

Relativamente ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo, confirma-se a predominância do ativo fixo na estrutura do balanço, representando, em 31 de dezembro de 2019, 94% do total do ativo líquido.

Em 2019 os Acréscimos e Diferimentos (ativos) totalizaram 5.947.235€, sendo que 5.928.226€ respeita ao reconhecimento de acréscimos de proveitos e 19.008€ constituiu custos diferidos.

Os acréscimos de proveitos referidos anteriormente acolheram, essencialmente, proveitos referentes a impostos diretos, rendas a receber e dividendos a ser reconhecidos no exercício 2019, cuja receita virá a realizar-se no exercício seguinte.

Os fundos próprios do Município totalizaram 118 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 464.418€ face ao período homólogo.

O passivo de MLP diminuiu cerca de 278 mil euros, quando em 2018 tinha diminuído 1 milhão de euros relativamente a 2017, em 2017 tinha diminuído 118 mil euros, em 2016 cerca de 1 milhão de euros e em 2015 já tinha diminuído 1,6 milhões de euros relativamente a 2014, que significa que a dívida de médio e longo prazo desceu mais de 65% se compararmos os valores registados em 2018 face aos registados em 2012, que atingiu o valor de 11.209.653€.

O passivo de MLP prazo apresenta em 2019 o valor mais baixo dos últimos anos em análise, apesar de incluir 21.801,75€ referentes ao FAM.

O passivo de CP registou uma diminuição de cerca de 447 mil euros face ao exercício de 2018. Esta rubrica incorpora, para além das dívidas a terceiros, as provisões para riscos e encargos, os saldos de operações não orçamentais, (cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e as receitas destinadas ao Estado e a outros entes públicos).

O valor registado em Acréscimos e Diferimentos (passivos) no valor de 32,9 milhões de euros, diz respeito a acréscimos de custos (766 mil de euros) a reconhecer nos exercícios seguintes, bem como a proveitos diferidos (32 milhões de euros). Em resultado da especialização dos exercícios, foram contabilizados como acréscimos de custos, responsabilidades com subsídios de férias e o direito a férias do pessoal da autarquia bem como juros a liquidar resultantes do serviço da dívida de empréstimos bancários.

Os Proveitos Diferidos (32 milhões de euros) não constituem um passivo exigível, pois trata-se efetivamente de subsídios ao investimento recebidos pelo Município, cujos proveitos serão reconhecidos em anos futuros, na proporção das depreciações e amortizações dos investimentos objeto de subsídios.

Análise da demonstração de resultados

Demonstração de resultados

Descrição	2019	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2019 2018	Variação 2018 2017
	€							
Custos e perdas								
Custos mercadorias vendidas e das matérias consumidas	405 540	362 470	365 798	409 309	282 906	280 153	11,88%	-0,91%
Fornecimentos e serviços externos	5 550 513	5 705 272	5 414 036	4 917 381	4 612 040	4 148 299	-2,71%	5,38%
Custos com o pessoal	5 864 458	5 158 185	4 922 083	4 669 911	4 501 178	4 642 764	13,69%	4,80%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1 610 332	1 549 013	1 611 099	1 423 281	1 530 514	957 788	3,96%	-3,85%
Amortizações do exercício	3 486 064	3 479 480	3 400 431	3 358 033	3 395 973	3 412 587	0,19%	2,32%
Outros custos operacionais	38 107	99 849	74 570	54 687	43 641	57 516	-61,84%	33,90%
Custos e perdas financeiros	90 930	45 017	65 550	92 494	93 686	136 592	101,99%	-31,32%
Custos e perdas extraordinários	448 253	626 409	582 660	336 931	718 702	885 722	-28,44%	7,51%
Total	**17 494 196**	**17 025 695**	**16 436 226**	**15 262 027**	**15 178 641**	**14 521 421**	**2,75%**	**3,59%**
Proveitos e ganhos								
Vendas e prestações de serviços	3 436 786	3 299 910	3 321 433	3 240 017	3 309 917	2 931 961	4,15%	-0,65%
Impostos e taxas	6 471 747	7 331 705	6 333 171	5 728 801	5 396 893	5 373 204	-11,73%	15,77%
Proveitos suplementares	2 665	55	128	90	11 280	134	4745,45%	-57,03%
Transferência e subsídios obtidos	5 381 261	4 970 779	4 968 500	4 707 253	4 786 324	4 663 625	8,26%	0,05%
Outros proveitos e ganhos operacionais	13 387	11 376	7 065	5 640	5 138	221	17,67%	61,02%
Proveitos e ganhos financeiros	5 339	106 427	123 541	166 894	204 373	362 194	-94,98%	-13,85%
Proveitos e ganhos extraordinários	1 683 368	1 487 157	1 825 535	1 623 541	1 599 641	1 375 141	13,19%	-18,54%
Total	**16 994 553**	**17 207 409**	**16 579 374**	**15 472 237**	**15 313 566**	**14 706 480**	**-1,24%**	**3,79%**
Resultado líquido do exercício	**-499 644**	**181 714**	**143 147**	**210 210**	**134 926**	**185 059**	**-374,96%**	**26,94%**

No exercício os custos operacionais totalizaram 16,9 milhões de euros. **A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, que registou uma diminuição de 154 mil euros em 2019,** tem absorvido uma parcela importante dos custos operacionais, ao longo dos anos em análise. Incluem-se nestes custos os fornecimentos de serviços assegurados por empresas de especialidade, no âmbito da limpeza urbana, do tratamento de resíduos sólidos, de refeições escolares e de fornecimento de energia.

As Amortizações do Exercício, no valor de 3,4 milhões de euros, registaram um valor semelhante ao do ano anterior.

Na estrutura dos proveitos operacionais as rubricas de impostos e taxas e de transferências e subsídios obtidos, em conjunto, representaram 77% do total apurado.

Da relação custos/proveitos obteve-se no exercício económico de 2019 o apuramento de um Resultado Líquido negativo de 499.644 euros.

O resultado apresentado é justificado, em grande medida, pela diminuição dos proveitos de impostos e taxas em 859 mil euros (é de salientar a diminuição de 1 milhão e 600 mil euros de receitas de impostos) e. por outro lado do aumento dos custos, nomeadamente, em despesas com pessoal em cerca de 600 mil euros.

Análise da dívida

Tipos de Dívida	Capital em dívida em 31/12/2019	Capital em dívida em 31/12/2018	Variação 2019-2018	Capital em dívida em 31/12/2018	Capital em dívida em 31/12/2017	Variação 2018-2017	Capital em dívida em 31/12/2017	Capital em dívida em 31/12/2016	Variação 2017-2016
Médio e Longo Prazo	**3 587 931**	**3 844 876**	**-0,07**	**3 844 876**	**4 611 795**	**-0,17**	**4 611 795**	**4 664 839**	**-1,14%**
Empréstimos bancários	3 587 931	3 844 876	-0,07	3 844 876	4 611 795	-0,17	4 611 795	4 664 839	**-1,14%**
Locação Financeira	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	
Outros (EDP)	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	
Curto Prazo	**304 067**	**687 186**	**-0,56**	**687 186**	**720 564**	**-0,05**	**720 564**	**1 080 125**	**-33,29%**
Fornecedores	304 067	687 186	-0,56	687 186	720 564	-0,05	720 564	1 080 125	**-33,29%**
Total	**3 891 997**	**4 532 061**	**-0,14**	**4 532 061**	**5 332 359**	**-0,15**	**5 332 359**	**5 744 963**	**-7,18%**

*Na divida a fornecedores está excluída a divida a outros credores que não são fornecedores, no montante de 270.741€

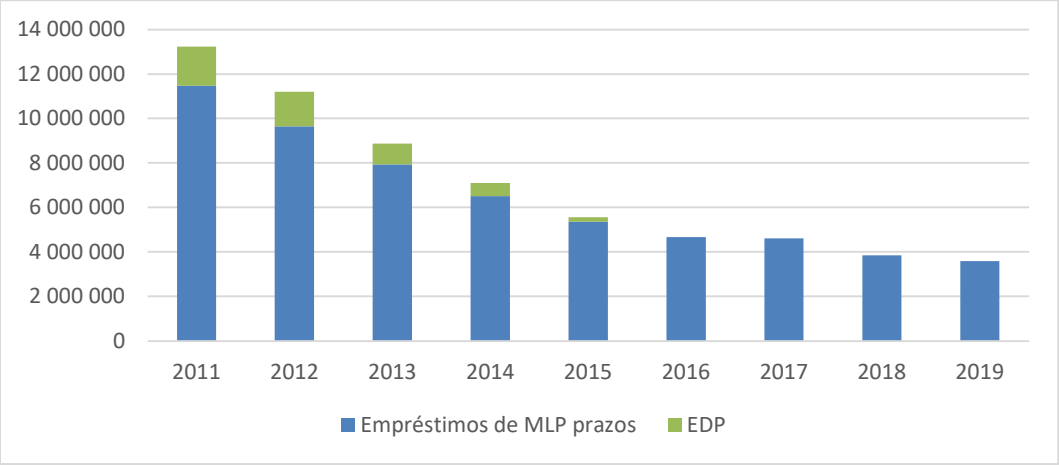
Na análise da divida não é considerada a contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor total de 21.802,25€, uma vez que este montante não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim, a 31 de dezembro de 2019 a dívida total do Município a terceiros apresentou um valor de 3,89 milhões de euros (-640 mil euros face a 2018), sendo constituída em 92% por dívida de médio e longo prazo e em 8% por dívida de curto prazo.

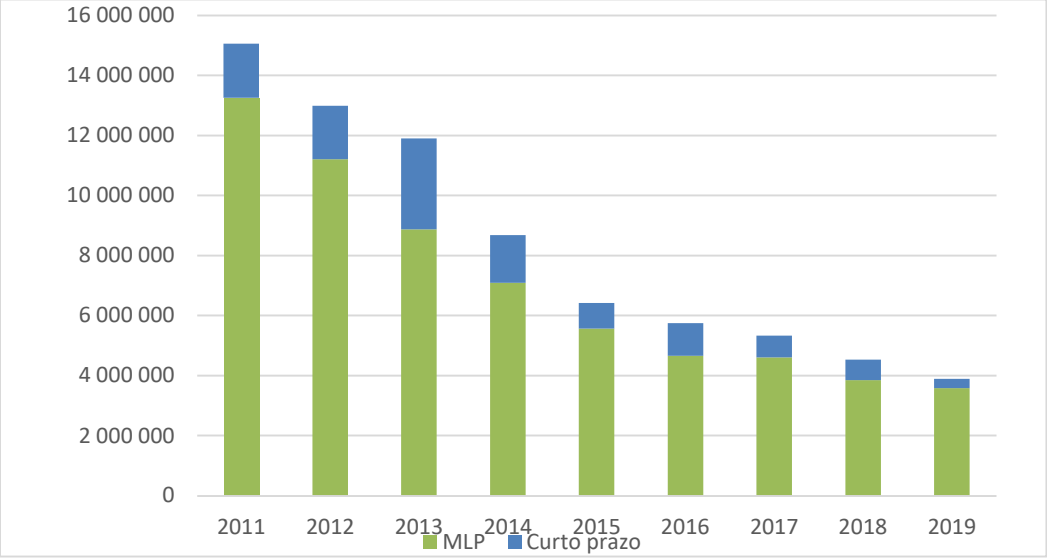
A dívida de MLP decresceu 256 mil euros em 2019 face aos valores registados em 2018 (não considerado o valor do FAM de médio e longo prazo), apesar da utilização de capital de novos empréstimos no montante de 586.434€.

Os gráficos abaixo apresentam a análise da dívida de médio e longo prazo e da dívida total dos anos 2012 a 2019, sendo evidente a diminuição significativa da dívida nos últimos anos.

Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo



Evolução da Dívida Total de Médio e Longo Prazo e Dívida de Curto Prazo



Dívida bancária

Dívida	Capital em dívida em 31/12/2019	Capital em dívida em 31/12/2018	Capital em dívida em 31/12/2017	Capital em dívida em 31/12/2016	Capital em dívida em 31/12/2015	Capital em dívida em 31/12/2014	Capital em dívida em 31/12/2013	Capital em dívida em 31/12/2012
					€			
Empréstimos de MLP prazos	3.587.931,00	3 844 875,00	4 611 795,19	4 664 838,76	5 361 686,00	6 514 531,00	7 927 631,00	9 649 327,00
Contratos de locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 041,00	8 923,00
Total	3.587.931,00	3 844 875,00	4 611 795,19	4 664 838,76	5 361 686,00	6 514 531,00	7 930 672,00	9 658 250,00

O capital em dívida de empréstimos bancários cifrou-se em 3,587 milhões de euros, menos 256 mil euros do valor registado no final do exercício de 2018. Note-se que apesar da utilização do capital dos empréstimos contratualizados em 2019 no montante de 586.434€ foi possível reduzir a dívida em empréstimos bancários. O esforço do Município na diminuição deste tipo de dívida está patente no quadro abaixo que demonstra o pagamento de mais de 869 mil euros em serviço da dívida.

Serviço da dívida de empréstimos bancários

Serviço da dívida MLP	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
					€			
Juros	26.300	33.901	35.866	43.612	63.079	90.507,04	101.902	189.650
Amortizações	843.379	1.256.212	1.049.315	1.099.170	1.152.845	1.413.099,71	1.721.696	1.829.592
Total	869.680	1.290.113	1.085.181	1.142.783	1.215.925	1.503.606,75	1.823.598	2.019.242

No final de 2019 o serviço da dívida MLP totalizou 869 mil euros, o que significa que em 2019 o Município diminuiu em 420 mil euros as despesas com serviço de dívida quando comparado com valores do ano 2018.

Endividamento municipal

Até 2011, o limite de endividamento líquido (EL) era calculado tendo por base as receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativa aos anos anteriores. A margem sobre o EL era apurada tendo por base a diferença entre o valor de endividamento apurado e o limite calculado.

O endividamento de ML prazo para cada município tem sido calculado nos termos do artigo 37º da LFL, sendo que desde 2011 a contratação de novos empréstimos esteve limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios nos anos anteriores, proporcional à capacidade de endividamento disponível, para cada município, aferida nos termos da LFL e sua alterações.

O novo quadro normativo do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, veio alterar integralmente as regras de apuramento do endividamento, deixando o limite de ser apurado com base no endividamento líquido, para passar a ser apurado com base na dívida total.

Assim, com a entrada em vigor do referido diploma (1 de janeiro de 2014), o apuramento da dívida total está circunscrito à dívida de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º da referida Lei, não

podendo ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da Receita Corrente cobrada nos três exercícios anteriores.

Assim, apuramos, em primeiro lugar a dívida consolidada com as entidades participadas à data de 31 de dezembro de 2018.

Unid: euro

Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2018	
Total divida de operações orçamentais Município	**4.819.409**
Total dívidas das entidades participadas relevantes para o cálculo da dívida total *valores da ficha do município 2018	**2.358.599**
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2018*valores da ficha do município 2018	**7.178.008**

A aferição da margem de crescimento para 2019, encontra-se refletida nos quadros seguintes:

Unid: euro

Cálculo da média das receitas correntes líquidas		
Ano	Receita corrente líquida cobrada 2016	13.736.557
	Receita corrente líquida cobrada 2017	14.609.497
	Receita corrente líquida cobrada 2018	15.890.309
Valor de referência		**14.745.454**
Limite máximo 150% (b)		**22.118.181**

Assim, tendo em conta este limite, o grupo municipal poderia aumentar o seu endividamento até ao montante de 10.166.043€, conforme se pode aferir no mapa seguinte:

Unid: euro

Limites para 2019	
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2018 (a)	7.178.008
Margem total (a -b)	14.940.173
Possibilidade de crescimento (20% da margem total)	2.988.035
Limite máximo final a 31/12/2019	**10.166.043**

O quadro seguinte apresenta o apuramento do limite total da dívida consolidada com as entidades participadas em 31 de dezembro de 2019:

Cálculo da dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2019	
Dividas a Terceiros de MLP - EXCLUI FAM	3.587.930 €
Dividas a terceiros Curto Prazo CP - EXCLUI FAM	1.970.772 €
Total das Dívidas a terceiros	**5.558.703** €
Operações não orçamentais (CP) - a excluir	1.395.964 €
Total divida de operações orçamentais MUNICIPIO	**4.162.739€**
Total dívidas das entidades participadas relevantes para o cálculo da dívida total	2.598.328 €
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2019	6.761.068€

Assim:

Posição do Município à data de 31/12/2019 face ao limite apurado para 2019	
Limite máximo permitido para a divida a 31/12/2019	**10.166.042,60€**
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2019	**6.761.068,24€**
MARGEM A 31/12/2019	**3.404.974,36€**

Verifica-se que o grupo municipal termina o ano de 2019 com uma margem de 3.404.974,36€ face ao limite máximo e apresenta uma divida total abaixo da média das receitas líquidas cobradas, cumprindo, assim, integralmente a lei.

Para o ano de 2020:

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo para o ano de 2020.

Limite Endividamento		**Montante**
Ano	Receita corrente líquida cobrada 2017	14.609.497,14
	Receita corrente líquida cobrada 2018	15.890.309,15
	Receita corrente líquida cobrada 2019	15.563.438,92
Valor de referência		15 354 415,02
Limite máximo 150%		**23.031.622,53**

De acordo com as regras já mencionadas e tendo consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2019 e o limite máximo apurado, a margem de endividamento para 2020 afere-se no quadro seguinte:

Limites para 2020	
Divida total a 31/12/2019	6.761.068 €
Margem total	16.270.554 €
Possibilidade de crescimento	3.254.011 €
Limite máximo final	**10.015.179€**

Prazo Médio de Pagamento (PMP)

O cálculo do PMP tem como suporte a fórmula estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de fevereiro, que veio regulamentar o programa Pagar a Tempo e Horas, aplicado à administração central, às regiões autónomas, aos municípios e às empresas públicas, na qualidade de adquirentes de bens e serviços a fornecedores.

A fórmula atrás referida contempla no numerador o valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre e no denominador as aquisições de bens e serviços realizadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Através dos dados reportados pela autarquia no SIIAL-Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) forneceu os seguintes resultados, quanto ao apuramento do PMP do Município de S. João da Madeira nos anos 2010/2016:

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de dias	98	78	49	49	31	71	39	38	38	22

Prazo médio de pagamentos de 2018 atualizado de acordo com informação disponível na DGAL (na prestação de contas de 2018 constava 27 dias)

Em 2018, conclui-se, **o prazo médio de pagamentos desce para 22 dias**.

VII - Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e em atenção ao relatório que antecede, propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício de 2019 de **499.643,67** euros seja aplicado em resultados transitados.

VIII - Anexo às demonstrações financeiras

Introdução

Para facilitar a compreensão das demonstrações financeiras exigidas no ponto 2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução nº4/2001, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas, foram elaborados os anexos que se seguem, constituídos pela caracterização da entidade, as notas ao balanço e à demonstração de resultados e as notas sobre o processo orçamental.

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo em consideração os princípios contabilísticos consagrados no POCAL, de forma a assegurar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira.

De acordo com o princípio da continuidade estabelece-se uma correspondência entre os balanços finais de 2011 - 2012-2013 – 2014, 2014- 2015, 2015 – 2016, 2016-2017 , 2017-2018 e 2018-2019.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL. As notas cuja numeração se encontra omissa nestes anexos, ou não são aplicáveis ao exercício de 2014 ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 – Caracterização da entidade

O mapa de caracterização do Município de S. João da Madeira faz parte dos documentos de prestação de contas apresentados autonomamente.

2- Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais tem como princípio a integração de três sistemas contabilísticos, designadamente da contabilidade orçamental, da contabilidade patrimonial e da contabilidade de custos.

O sistema de contabilidade de custos, instrumento indispensável à gestão autárquica, foi implementado em 2012.

2.2 Comparabilidade

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras. No apuramento da divida consolidada foram consideradas as dívidas das seguintes participadas: AMTSM, , Energaia, Associação de Caminhos de Fátima, Municípia e Sanjotec, conforme critérios previstos no art..º. 54º da 73/2013, de 3 de Setembro.

2.3 Critérios valorimétricos

A) <u>Imobilizado</u>

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE- Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, isto é, ao custo de aquisição ou de produção. O valor atribuído aos bens constantes do balanço inicial foi calculado segundo critérios técnicos adequados à sua natureza.

As amortizações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e segundo as taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 621/2000, de 17 de Abril.

A partir de 2011 o tempo de vida útil dos bens passou a ser contabilizado em meses (anteriormente calculado em anos) atribuindo-se, desta forma, maior rigor no cálculo das amortizações.

Os investimentos financeiros constituídos por partes de capital, foram registados pelo valor de aquisição.

B) <u>Ativo circulante</u>

As existências foram registadas ao custo de aquisição e adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

C) <u>Dívidas de e a terceiros</u>

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam. A rubrica de provisões para dívidas de cobrança duvidosa, foi utilizada para os encargos que podem tornar-se efetivos no futuro, em seguimento do princípio contabilístico da prudência. As provisões para riscos e encargos dizem respeito a montantes de indemnizações de processos judiciais em curso nos tribunais. As provisões para cobrança duvidosa dizem respeito a serviços de fornecimento de água, anteriores a 2003.

D) As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários traduzem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

E) Os acréscimos e diferimentos serviram para reconhecer as receitas e as despesas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, em obediência ao princípio da especialização do exercício.

2.7 Movimentos do ativo imobilizado-ativo bruto e amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas diversas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e as respetivas amortizações do exercício estão plasmados nos quadros seguintes:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências/Abates	Saldo final
	€					
Investimentos Financeiros	**2.304.184,50**					**2.304.184,50**
Partes de capital	1.496.699,00					**1.496.699,00**
Obrigações e títulos de participação	392.440,50					**392.440,50**
Outras aplicações financeiras	415.045,00					**415.045,00**
Imobilizações corpóreas	**133.319.698,92**	**- 0,75**	**2.370.546,47**	**22.678,60**	**336.361,85**	**137.432.823,05**
Terrenos e recursos naturais	31.817.240,28		67.245,50	22.678,60	-15.980,00	**31.845.827,18**
Edifícios e outras construções	91.886.066,62		279.195,34		2.277.338,38	**94.442.600,34**
Equipamento básico	4.437.961,40	-0,75	352.223,49		- 4.852,24	**4.785.331,90**
Equipamento de transporte	1.224.063,31		48.375,36			**1.272.438,67**
Ferramentas e utensílios	294.511,30		6.490,97			**301.002,27**
Equipamento administrativo	2.048.238,85		48.175,50		- 4.340,12	**2.092.074,23**
Artigos e objetos de valor						
Outras imobilizações corpóreas	1.611.617,16		83.243,18		- 557,76	**1.694.302,58**
Imobilizações incorpóreas	**1.512.756,02**		**18.992,54**		**9.225,00**	**1.540.973,56**
Despesas de instalação	360.943,94					**360.943,94**
Despesas de investigação e de desenvolvimento	506.803,43		15.820,88		9.225,00	**531.849,31**
Propriedade industrial e outros direitos	645.008,65		3.171,66			**648.180,31**
Outras						
Imobilizações em curso	**1.905.579,61**		**2.582.299,15**		**- 2.634.833,72**	**1.853.045,04**
Imobilizado em curso de imobilizações corpóreas	1.428.895,16		1.485.597,13		- 1.915.246,41	**999.245,88**
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso de bens de domínio público	476.684,45		1.096.702,02		- 719.587,31	**853.799,16**
Bens do domínio público	**64.467.906,19**		**6.451,35**		**348.045,88**	**64.822.403,42**
Terrenos e recursos naturais	18.801.232,05					**18.801.232,05**
Outras construções e infraestruturas	45.666.674,14		6.451,35		348.045,88	**46.021.171,37**
Total	**203.510.125,24**	**- 0,75**	**3.492.692,38**	**22.678,60**	**- 25.954,58**	**206.954.183,69**

A análise do imobilizado bruto permite avaliar com mais detalhe os aumentos e as reduções verificadas nas diversas rubricas que compõem o ativo do município.

O saldo do ativo bruto a 31 de dezembro de 2019 registou um aumento de 3.444.058€ face ao saldo inicial do mesmo ano. O crescimento do imobilizado está sobretudo associado ao aumento do imobilizado corpóreo.

Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
	€			
De imobilizações corpóreas	**30.738.425,84**	**2.118.687,76**	**9.974,58**	**32.847.139,02**
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	22.734.582,88	1.671.104,46	224,46	**24.405.462,88**
Equipamento básico	3.512.409,04	320.174,55	4.852,24	**3.827.731,35**
Equipamento de transporte	1.154.512,05	23.153,50		**1.177.665,55**
Ferramentas e utensílios	276.684,97	5.185,94		**281.870,91**
Equipamento administrativo	1.877.216,65	61.061,80	4.340,12	**1.933.938,33**
Outras imobilizações corpóreas	1.183.020,25	38.007,51	557,76	**1.220.470,00**
De imobilizações incorpóreas	**1.282.794,42**	**91.392,05**		**1.374.186,47**
De bens de domínio publico	**23.476.559,14**	**1.275.984,00**		**24.752.563,14**
Total	**55.497.819,40**	**3.486.063,81**	**9.974,58**	**58.973.908,63**

As amortizações de imobilizações corpóreas atingiram 2 milhões de euros e representaram 60% das amortizações totais do exercício, sendo que as amortizações registadas na rubrica de edifícios e outras construções foram responsáveis por 79% das amortizações do imobilizado corpóreo e por 48% das amortizações totais.

2.8 Movimentos desagregados do ativo imobilizado

A desagregação do ativo imobilizado pelas rubricas de edifícios, outras construções e viaturas, integra o volume autónomo dos documentos de prestação de contas, contendo a descrição do ativo imobilizado, os valores e datas de aquisição e de reavaliação, as taxas de amortização, as amortizações do exercício e as acumuladas, as alienações, as transferências, os abates no exercício e os respetivos valores líquidos patrimoniais. A relação dos bens imóveis abatidos faz parte do volume autónomo.

2.12 Imobilizações corpóreas e em curso

Imobilizações em poder de terceiros

Nº. Bem	Cedência	Objeto	Entidade	Valor Patrimonial €
24021	Parcela Terreno entre as Ruas Vale Vouga e Vale de Cambra	Creche/ Ludoteca	Santa Casa Misericórdia de S. João Madeira	209.880
20935	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Estação serviço combustível	Shell Portuguesa, S.A	411.700
21121	Parcela Terreno na Praça 25 de Abril	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	0
21127	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	18.147
24230	Parcela Terreno na praceta Júlio Dinis	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	29.623
24362	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Passagem superior	Sierra Management Portugal - Gestão Centros Comerciais, S.A	242.210
24513	Fração A sita na Rua Alão de Morais-r/c piso 0	Funções sociais	Cerci S. João Madeira	100.866
25667	Parcela Terreno	Centro incubação empresas	Sanjotec - Associação Científica e Tecnológica	711.000
25083	Edifício da Guarda Nacional Republicana	Destacamento da GNR	Estado - Guarda Nacional Republicana	306.272
25014	Polidesportivo de Fundo de Vila	Prática desportiva	Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila	71.998

As parcelas de terrenos foram cedidas pelo Município através de contratos de cedência de direito de superfície.
As cedências das instalações à CERCI e ao Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila, foram tituladas por tos, em regime de comodato.

2.16 Entidades participadas

Designação	Parcela detida (%)	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Águas do Douro e Paiva, S.A a)	0,37%	30 460 560	731 297
Águas de S. João, E.M, S.A.	51%	2 049 980	460 794
Associação de Município de Terras de Santa Maria	20%	3 445 943	- 83 923
Centro Tecnológico de Calçado	0,53%	3 126 958	197 468
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	0,85%	37 187 108	-1 477 317
HABITAR S. João, E.M.	100%	317 906	12 548
Municípia-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	0,16%	3 207 301	-103 647
Sanjotec-Associação Científica e Tecnológica	71,68%	8 246 906	-37 565
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	4,80%	328 944	57 172
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais de Terras de Santa Maria, EIM (c)		2 760 579	43.056,28
Fundo de Apoio Municipal	0,09%	424 650 004	5 378 172

c) Percentagem indireta por adesão através da Associação de Municípios Terras de Santa Maria

2.26. Contas de ordem

A descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções rececionadas e prestadas faz parte do volume de documentos de prestação de contas apresentado autonomamente.

Garantias e cauções de terceiros

Unid: euro

Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções de terceiros prestadas	4.293.812		122.971	4.826.347
Garantias e cauções de terceiros devolvidas		664.955		
Garantias e cauções de terceiros acionadas				

As contas de garantias prestadas por terceiros têm como finalidade contabilizar factos que não produzem alterações patrimoniais no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. Estas cauções foram prestadas para garantir o cumprimento de condições contratuais relacionadas de fornecimentos de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas.

Garantias e cauções a favor de terceiros

Unid: euro

Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções a terceiros prestadas	269.896			269.896
Garantias e cauções a terceiros devolvidas				

2.27. Provisões

Provisões acumuladas

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
	€			
Provisão para cobranças duvidosas	334.475	50.632		385.108
Provisão para riscos e encargos	255.467		255.467	0

Face à comunicação do mandatário judicial sobre o andamento dos processos judiciais, e perante a avaliação sumária dos mesmos, fundamos a convicção de que não resulta, na generalidade dos processos, um risco elevado para o Município de condenação e por conseguinte de indemnização. Face ao desenvolvimento ocorrido no processo 1064/08 4BEVIS consideramos que ficou substancialmente reduzido o risco de o Município vir a ser condenado, pelo que foi anulada a provisão constituída no montante de 255.467 €.

2.28. Movimentos nas contas de fundos próprios

Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
		€			
51	Património	106.384.649	18.590		106.403.239
56	Reservas de reavaliação	35.100			35.100
571	Reservas legais	71.146	9.086		80.232
575	Subsídios	2.656.530	655		2.657.185
576	Doações	321.401			321.401
577	Reservas decorrentes de transferências ativos	4.517.989			4.517.989
578	Cedência por permuta	1.355.506	15.980		1.371.486
59	Resultados transitados	3.209.458	172.628		3.382.086
88	Resultado líquido em exercício	181.714		681.357	-499.643
	Total	**118.733.492**	**216.939**	**681.357**	**118.269.074**

571 - Reservas legais

De acordo com o número 2.7.3.5 do POCAL e independentemente do disposto no nº 2.7.3.4, deve a autarquia local constituir o reforço anual da conta 571 Reservas legais, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

59 - Resultados transitados

A conta 59 acolhe, nos termos legais, o montante de 499.643 euros do resultado líquido negativo do exercício de 2019.

2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2019	2018	Variação 2019/2018
	€		
Existências Iniciais	44.570,69	38.496,16	6 074,53
Compras	414.022,57	356.661,94	57 360,63
Regularização de existências	-1.119,31	-3.006,25	1 886,94
Existências finais	59.822,41	44.570,69	15 251,72
Custos no exercício	397.651,54	347.581,16	50 070,38

Os custos das matérias-primas no fim do exercício registaram um aumento de 50.070€ face ao valor inicial, resultante da conjugação das existências iniciais, aumento das compras e das existências finais. As regularizações das existências são saldadas em função do sistema de inventário permanente tendo em conta os proveitos resultantes de bónus ou os custos de quebras.

2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
Juros suportados	78.748	36.164	Juros obtidos	2.696	1.830
Provisões para aplicações financeiras			Rendimentos de imoveis		
Outros custos e perdas financeiras	12181	8.853	Rendimentos de participações de capital	2.570	104.554
Resultados Financeiros	-85.591	61.410	Ganhos alienação aplicações de tesouraria		
			Outros proveitos e ganhos financeiros	72	44
Total	**5.338**	**106.427**	**Total**	**5.338**	**106.427**

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
Transferências de capital concedidas	317.953	118.244	Restituição de impostos		
Perdas em existências	1.119	3.006	Ganhos em existências		
Perdas em imobilizações	15.980	56.950	Ganhos imobilizações	146.987	237.343
Multas e penalidades			Benefícios penal. contratuais	179.758	27.132
Aumentos amortizações provisões	50.632	390.646	Reduções amortizações provisões		49.358
Correções relativas a exercícios anteriores	10.985	24.058	Correções exercícios anteriores	381.161	140.588
Outros custos e perdas extraordinários	51.583	33.504	Outros prov. e ganhos extraordinários	975.459	1.032.735
Resultados extraordinários	1.235114	860.747			
Total	**1.683.368**	**1.487.156**	**Total**	**1.683.368**	**1.487.156**

3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

As Modificações ao orçamento fazem parte dos anexos às notas ao processo orçamental e respetiva execução, do volume de documentos de prestação de contas, elaborados em conformidade com o estipulado no POCAL, constituídos pelas alterações e revisões realizadas à receita, à despesa e ao PPI na gerência de 2019.

3.3 – Contratação administrativa

A contratação administrativa faz parte dos anexos às demonstrações financeiras, do volume de documentos de prestação de contas e descrimina os contratos escritos celebrados com terceiros, durante a gerência de 2019 e os com execução financeira em 2019, contratados em anos anteriores. Os contratos são descritos por natureza conforme se trate de empreitadas de obras públicas, gestão de serviços públicos, prestação de serviços e aquisição de bens, identificando o valor da adjudicação, os montantes dos pagamentos efetuados na gerência e os valores dos pagamentos acumulados de exercícios anteriores.

8.3.4 - Mapa das transferências e subsídios

Constituem os anexos às demonstrações financeiras os mapas das transferências e subsídios concedidos e obtidos, constantes dos documentos de prestação de contas.

8.3.6.1 Endividamento/Empréstimos

Caracterização do Empréstimo	Capital		Encargos			Dívida em 1 de janeiro 2019	Valor em divida a 31 de dezembro 2019
	Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total		
Médio e Longo Prazos (b)							
Empréstimos Bancários							
Caixa Geral de Depósitos							
Processo n.º 0735/000941/991	1 155 286	1 142 440	14 043,26	623,34	14 666,60	93 050,75	79 007,49
Processo n.º 0735/000946/091	4 512 555	4 092 225	176 959,58	36,81	176 996,39	1 238 836,00	1 061 876,42
Processo n.º 9015/008466/791	1 685 574	1 059 695	98 887,14	11 136,70	110 023,84	1 013 898,71	915 011,57
Banco BPI							
Nova Escola Básica SJM	766 037	732 704	49 021,28	149,93	49 171,21	49 021,28	0,00
Projetos de Investimento 2016	209 649	207 289	34 941,52	1 970,47	36 911,99	189 818,76	154 877,24
Projetos de Investimento 2016	1 810 000	526 895	26 486,08	2 911,72	29 397,80	275 572,77	249 086,69
Projetos cofinanciados	479 583	181 406	2 126,57	1 228,17	3 354,74	94.007,84	179 279,60
Gestão de Eficiência Energética da Iluminação Pública	533 118	499 036	0,00	0,00	0,00	0,00	499 036,34
BBVA							
Escola dos Ribeiros	184 480	156 172	17 352,48	181,01	17 533,49	26 028,71	8 676,23
Casa das Artes e da Criatividade	1 060 787	1 060 787	117 865,24	1 499,92	119 365,16	206 264,00	88 398,76
Sanjonet - Rede de Inovação e Competitividade	1 083 600	1 083 600	120 400,00	1 794,42	122 194,42	240 800,00	120 400,00
Bankinter, S.A	586 378	586 378	77 824,57	2 002,60	79 827,17	158 456,93	80 632,36
	800 000	800 000	107 472,02	2 765,49	110 237,51	259 119,97	151 647,95
Total	**14 867 047**	**12 128 628**	**843 379,74**	**26 300,58**	**869 680,32**	**3.844.875,72**	**3 587 930,65**

3.6.2 – Outras dívidas a terceiros

O mapa das outras dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo apresenta-se desagregado segundo as rubricas do balanço e faz parte dos documentos de prestação de contas.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

A atual crise que se faz sentir provocada pela pandemia do Coronavírus e que levou, a 18 de março, à declarado o estado de emergência em Portugal, com o consequente estabelecimento de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, vai provocar, inevitavelmente, impactos na atividade municipal e nas contas do ano 2020 e seguintes. Na presente data, não é possível quantificar esses impactos, uma vez que o mesmo dependerá da evolução da situação atual. No entanto, o Executivo Municipal está convicto que com as medidas já tomadas e as previstas tomar, os eventuais impactos, não colocam em causa a continuidade e o regular funcionamento das operações do município.

O Executivo Municipal, consciente do atual panorama mundial e, particularmente, local, tem vindo a atuar no sentido da prevenção da disseminação da COVID-19 e do apoio às entidades e à população em geral, mobilizando todos os meios e recursos disponíveis, por forma a promover uma maior eficácia e eficiência no combate a esta crise.

É expectável que o impacto provocado pela crise afete, nomeadamente:

a) a arrecadação da receita relativa aos impostos municipais, como a derrama, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre a Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e o Imposto Único de Circulação (IUC), quer pela redução da atividade quer pelo diferimento do prazo para cumprimento das obrigações legais;

b) o grau de execução dos projetos cofinanciados.

São João da Madeira, 8 de junho de 2020